



1

APRESENTAÇÃO

Uma das mais relevantes obrigações do administrador público é prestar contas dos atos, iniciativas e ações, de tal forma que elas tenham visibilidade e transparência, não apenas dentro da instituição, como para toda a sociedade. É com esse sentimento que tornei públicas as sessões administrativas do Órgão Especial, que envio cópia das respectivas atas a todos os magistrados, e que agora trago a público o resumo das ações desenvolvidas pelo Poder Judiciário Estadual, no exercício de 2002.

Inicialmente, é necessário estabelecer que todas as iniciativas e realizações só foram possíveis graças à capacidade, operosidade e solidariedade de toda a magistratura gaúcha. A este exemplar sentido de colaboração, junte-se a qualificação de todo o quadro de serventuários e colaboradores. Este registro se completa com o permanente respeito e independência, totalmente recíproco, no trato com os demais poderes constituídos.

Cabe, ainda, referência à administração anterior que deixou encaminhadas as condições necessárias para que o presente plano de trabalho pudesse ser realizado.

Todas as iniciativas e ações tiveram como norte a melhoria da prestação jurisdicional, visando sempre um melhor atendimento à Comunidade Rio-Grandense.

O primeiro desafio superado, sem qualquer dúvida o maior deles, foi assegurar o enquadramento do Poder Judiciário Estadual à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para alcançar o objetivo, foi decisiva a resposta do Tribunal de Contas do Estado à

solicitação, embasada por consistente estudo técnico e legal, de retirada do valor do Imposto de Renda descontado dos magistrados e servidores das despesas com pessoal.

Assim foi possível dar posse a 30 Juízes Substitutos, bem como à nomeação de 589 servidores, com o que se deu início à cobertura do alarmante déficit de pessoal, existente em quase todas as Comarcas e no Segundo Grau de Jurisdição.

Igualmente deve ser citado, nesta apresentação, o esforço para aproveitamento rápido e integral dos recursos disponíveis para a melhoria do patrimônio da Justiça Estadual. Medidas desburocratizantes e de ampla visibilidade não só asseguraram tramitação dos processos em tempo recorde como apontaram economia de mais de 10 por cento do custo estimado.

Aquisição de prédio para a centralização do arquivo de todo o Estado; desenvolvimento de projeto para agilização e ampliação dos Juizados Especiais, já com a implantação do Processo Virtual na Comarca de São Sebastião do Caí; utilização das ferramentas de informática para produção do material de expediente; alteração de formas de trabalho para uma prestação jurisdicional mais rápida e interligação de comarcas são algumas das realizações, aqui mencionadas.

Atuando com firmeza, metas definidas e contando com participação, apoio, incentivo e qualificação de todos os setores do Judiciário Estadual, com certeza não só honramos a tradição deste Poder, como juntos, haveremos de avançar em busca da melhor prestação jurisdicional desejada por nós e merecida pela sociedade.

Des. José Eugênio Tedesco
Presidente

